

# política

## Maioria dos professores da rede do RS não são efetivos

Proporção de temporários cresceu 20 pontos percentuais desde 2019

### / EDUCAÇÃO

Bolívar Cavalari

bolivarc@jcrs.com.br

A proporção de professores com contratos emergenciais ou temporários na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul cresceu quase 20 pontos percentuais na relação com os efetivos desde 2019, no primeiro ano de governo de Eduardo Leite (PSD). O percentual de emergenciais ou temporários no magistério gaúcho superou pela primeira vez, em janeiro de 2026, a marca de mais da metade do quadro total dos contratados, com o registro de 52,79% dos ativos trabalhando neste modelo.

Dados disponíveis no Portal da Transparência do Estado revelam que 24.431 professores ativos são efetivos, enquanto 27.327 são temporários ou emergenciais. Sete anos atrás, eram 36.117 professores ativos e efetivos e 17.692 temporários ou emergenciais - um percentual de 32,87% do total dos contratos.

O crescimento da proporção de temporários e emergenciais nestes sete anos foi gradual e ocorreu em todos os exercícios dos dois mandatos do governador. Tendo como base os registros de janeiro de cada ano, os dados apontam para: 35,09% de tempo-

rários ou emergenciais em 2020; 38,07% em 2021; 44,25% em 2022; 46,76% em 2023; 48,58% em 2024; 49,48% em 2025; e, em 2026, alcançou a marca de 52,79% dos professores ativos com este tipo de contrato.

Os dados podem conter algumas imprecisões derivadas do próprio Portal da Transparência, mas o aumento de quase 20 pontos percentuais na proporção de temporários e emergenciais sobre os efetivos foi confirmado pela Secretaria Estadual de Educação (Seduc), bem como o registro superior a 52% em 2026.

A Seduc enviou nota justificando este crescimento dos temporários e efetivos, e citou os dois processos seletivos para o magistério realizados nos últimos anos. “O primeiro (processo seletivo para contratação de professores efetivos) ocorreu em 2023, quando foram nomeados 2.125 professores efetivos para as escolas estaduais. Nesse movimento de ampliação do quadro, um novo concurso foi lançado em 2025, com cerca de 6 mil vagas, abrangendo todas as regiões do Rio Grande do Sul”, destacou a pasta.

Em um cenário hipotético de incremento de 6 mil efetivos substituindo o mesmo número de temporários, a proporção iria para 41,2% com contratos não

permanentes, percentual ainda superior aos registros de 2019, 2020 e 2021.

A relação de temporários sobre efetivos é ainda maior quando analisados os dados de todos os servidores da Secretaria de Educação, e não apenas os professores. Dos 70.954 trabalhadores da Seduc, 40.581 são temporários ou emergenciais, equivalente a 57,56% do total. Em janeiro de 2019, a proporção dos temporários era 35,71%, revelando aumento superior a 20 pontos no percentual deste tipo de contrato nos últimos sete anos.

A campanha de reeleição do governador Eduardo Leite, em 2022, teve como principal bandeira a pauta da educação. A Seduc explica que a prática de contratação de professores temporários e emergenciais “tem sido uma alternativa para responder às demandas pontuais da gestão do magistério, permitindo o preenchimento do quadro de profissionais da educação de forma ágil diante de ocorrências como aposentadorias, licenças, entre outros afastamentos”.

A pasta também destacou as promoções de nível na carreira do magistério realizadas para mais de 26 mil profissionais da educação, com investimento estimado de R\$ 93,7 milhões por ano.

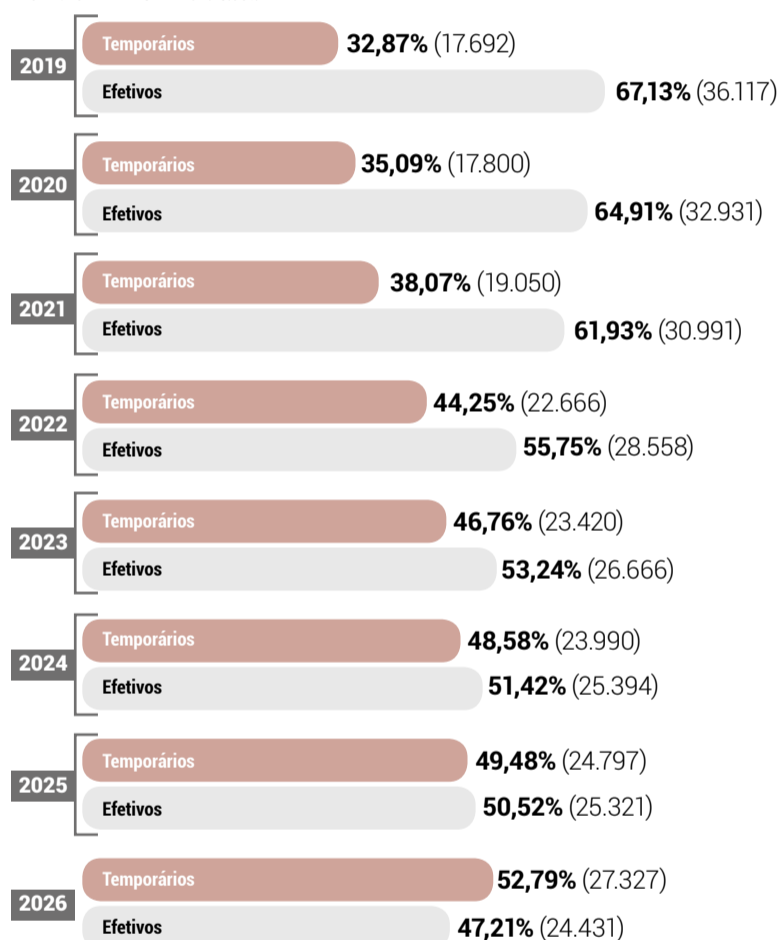


TÂNIA MEINERZ/JC

Atualmente, 52,79% dos docentes ativos possuem contrato temporário

### Proporção professores temporários x efetivos

FONTE: PORTAL TRANSPARÊNCIA.RS.GOV.BR



Obs: Os dados podem conter pequenas imprecisões derivadas do próprio Portal da Transparência

## Campanhas de Juliana e Gabriel escolhem coordenadores



As pré-candidaturas de Juliana Brizola (PDT) e Gabriel Souza (MDB) ao Palácio Piratini definiram ontem quadros que coordenarão as respectivas campanhas. Na chapa liderada pela pedetista, o ex-reitor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) Paulo Burmann foi escolhido como coordenador-geral do programa de governo durante reunião da coligação, enquanto o ex-deputado Vieira da Cunha segue na coordenação de campanha. Já os emedebistas designaram o ex-deputado federal e prefeito de Campo Bom, Giovani Feltes (MDB), e o secretário extraordinário-geral

de Governo, Artur Lemos (PSD), como coordenadores políticos na disputa eleitoral.

No caso da chapa encabeçada pelo PDT, o nome de Burmann foi definido por aclamação em encontro nesta segunda dos partidos que integram a coligação. A reunião foi realizada para deliberar sobre a estrutura organizacional da campanha e para definir as estratégias de montagem do plano de governo a partir de grupos de trabalho temáticos, que serão liderados por Burmann.

Vieira da Cunha resumiu as tratativas do encontro desta segunda: “Nós não chegamos a discutir nenhum assunto especificamente, porque isso fica a cargo dos grupos temáticos que serão montados a partir de agora pelo professor Pau-

lo Burmann”.

A ideia da coligação é construir o plano de governo para que seja apresentado em um seminário em meados de junho, antes do período de convenções partidárias para lançamento oficial da chapa majoritária, que é composta, além de Juliana, pelo pré-candidato a vice, Edegar Pretto (PT), e pelos pré-candidatos ao Senado, Manuela d'Ávila (PSOL) e Paulo Pimenta (PT).

Já o atual vice-governador do Estado, Gabriel Souza, anunciou Feltes e Lemos na coordenação por meio de publicação nas redes sociais. A chapa majoritária do emedebista também já está definida com Ernani Polo (PSD) de vice, além das pré-candidaturas ao Senado de Germano Rigotto (MDB) e Frederico Antunes (PSD).

## CPI dos Pedágios convida deputados para visita às rodovias do Bloco 3

### / ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

O presidente da CPI dos Pedágios, deputado Papparico Bacchi (PL), e o relator, deputado Miguel Rossetto (PT), convidam os membros da comissão para um roteiro de visitas às rodovias integrantes do Bloco 3. A agenda acontece no dia 30 de abril e os deputados se encontram às 14h30min no município de São Vendelino.

A CPI dos Pedágios investiga possíveis irregularidades nos projetos de concessão rodoviárias dos Blocos 1, 2 e 3 de estradas estaduais. O Bloco 3, que receberá a visita técnica, compreende 271,5 quilômetros de es-

tradas localizadas na Serra e no Vale do Cai, entre elas a ERS-240, ERS-122, RSC-453 e ERS-446, que estão sob concessão da empresa Caminhos da Serra Gaúcha (CSG).

A atividade tem como objetivo a verificação das obras e os pontos em atraso. A fiscalização dos atrasos acontece de acordo com o Programa de Exploração das Rodovias (PER), que especifica todas as condições para execução dos contratos de concessão.

Havia a previsão de a CPI encerrar no dia 15 de abril, no entanto os trabalhos foram prorrogados por 60 dias após a aprovação no plenário da Assembleia Legislativa.